



Editais de Credenciamento nº 004/2026
Processo Administrativo de Licitação nº 011/2026

O RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO OCORRERÁ A PARTIR DE:

Data: 09/02/2026.

Horário para Abertura: 13:00h.

Prazo de Vigência do Edital: Chamamento Público de caráter permanente.

Prazo para Análise da Documentação: 5 (cinco) dias úteis.

Local de entrega da documentação: Através do e-mail licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br ou no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal, situada a Praça Dona Filomena, nº 02, Bairro Centro, CEP: 38.720-000, Lagoa Formosa/MG.

PREÂMBULO

O Município de Lagoa Formosa/MG, devidamente inscrito no CNPJ 18.602.078/0001-41, torna público a todos os interessados que realizará processo de **CREDENCIAMENTO PERMANENTE**, nos termos do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 741/2023. Este edital permanecerá aberto para o cadastramento de novos interessados por tempo indeterminado, enquanto perdurar a necessidade da Administração para o objeto descrito, garantindo-se a igualdade de condições para o ingresso de novos prestadores a qualquer tempo.

1. Objeto

1.1 Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos (Classe II) já compactados, até o local de destinação ambientalmente licenciado e indicado pelo Município de Lagoa Formosa/MG.

1.2. O processo será realizado em **ITEM**, conforme descrito na tabela constante do termo de referência.

1.3. Qualquer divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema e as constantes deste edital, do termo de referência ou dos demais anexos, prevalecerão as últimas.

1.4 O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 74, IV, 79, II da Lei Federal nº 14.133/21.

1.5 O presente edital de credenciamento ficará permanentemente aberto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município, permitindo que novos interessados solicitem seu credenciamento a qualquer momento, desde que preencham os requisitos de habilitação.

2. Participação no processo

2.1. Poderão participar deste **CREDENCIAMENTO** as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares:

- a)** Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação/credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;
- b)** Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;

2.1.1. São condições para credenciamento dos profissionais:

- a)** Apresentar toda documentação exigida no **Termo de Referência – Anexo I, Item 8**;
- b)** Estiver regular quanto a comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.
- c)** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CREDENCIAMENTO**, onde qualquer interessado que atenda as especificações do edital poderá prestar os serviços objeto do presente Termo de Referência.



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

2.2. Não será permitida a participação direta ou indiretamente no presente Credenciamento das empresas interessadas:

- a) Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Que estejam sob decretação de falência, em processo de dissolução ou em liquidação;
- e) Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição;
- f) Possuam incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia ou de assessoramento, conforme estabelece o entendimento, referente à Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal que versa sobre o nepotismo, considerando-se inseridos no conceito de incompatibilidade o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade contratante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, de chefia ou de assessoramento.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

3. Apresentação dos documentos de habilitação / Credenciamento

3.1. Os licitantes encaminharão toda a documentação necessária para credenciamento especificada no **Anexo I – Termo de Referência, Item 8**, a partir da data estipulada, via e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br ou através de protocolo no **Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal**, situada a Praça Dona Filomena, nº 02, Bairro Centro, CEP: 38.720/000, Lagoa Formosa/MG.

3.2. A falsidade na prestação de informações e juntada de documentação sujeitará o participante às sanções previstas na Lei federal nº 14.133/21 e neste Edital.

3.3 Os documentos serão analisados pelos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de entrega e/ou envio dos documentos.

3.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não atenderem às condições previstas neste Edital e aqueles que apresentarem documentação incompleta.

3.4.1 Aqueles interessados que foram considerados inabilitados por apresentarem documentação incompleta, poderão, durante a vigência deste Credenciamento, sanar suas irregularidades e solicitar sua inclusão novamente não rol de credenciados.

3.5 A Ata referente a cada credenciamento, bem como a lista dos credenciados atualizadas, serão divulgadas no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e também no Portal da Transparência do Município.

3.6. A distribuição da demanda entre as empresas credenciadas será realizada de forma rotativa (rodízio), visando assegurar a igualdade de oportunidades e a impessoalidade, iniciando-se pela empresa que primeiro obteve o credenciamento e seguindo a ordem cronológica de habilitação.

3.6.1. Quando a empresa da vez na escala de rodízio declarar a impossibilidade de realizar o transporte no prazo de 24 horas, a Administração convocará o próximo credenciado da lista.

3.6.2. A recusa injustificada em atender a demanda no prazo estipulado, sem justificativa prévia, sujeitará o credenciado às sanções previstas neste Edital e poderá ensejar o credenciamento.

3.7. A lista atualizada de credenciados será mantida de forma transparente no sítio eletrônico oficial do Município e no PNCP.

4. Recursos

4.1. Dos atos da Administração decorrentes deste Credenciamento caberão recursos e pedidos de reconsideração, conforme os prazos e condições estabelecidos nos Artigos 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. No caso de decisões relativas à habilitação ou inabilitação (conforme item 3.3 e 3.4 deste Edital), o licitante que desejar recorrer deverá manifestar sua intenção de forma imediata, sob pena de preclusão.



4.2.1. A manifestação da intenção de recorrer deverá ser registrada em ata ou enviada por e-mail (licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br) imediatamente após a ciência da decisão que considerou a empresa habilitada ou inabilitada.

4.2.2. Uma vez manifestada a intenção, o recorrente terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar suas razões recursais, contados da data da intimação ou da lavratura da ata.

4.3. Os demais licitantes serão intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo de 3 (três) dias úteis, contado da intimação ou divulgação da interposição do recurso.

4.4. A ausência de manifestação imediata quanto ao resultado da habilitação importará na decadência do direito de recurso, sendo o processo encaminhado para homologação ou para o próximo credenciado na ordem de protocolo.

5. Infrações administrativas e sanções

5.1. O participante que, nos termos do art. 155 da Lei federal nº 14.133/21, cometer infrações estará sujeito às penalidades previstas.

5.2. Com fulcro nos artigos 156 e seguintes da Lei federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

5.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

6. Impugnação ao Edital e pedido de esclarecimento

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

6.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitada ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados preferencialmente por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br.

6.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, e a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, que deve ser motivada pela Administração nos autos do processo.

6.5. Acolhida a impugnação que implique alteração no edital, a Administração promoverá a respectiva retificação e republicação do ato convocatório no PNCP, com a reabertura dos prazos inicialmente previstos, exceto se a alteração não comprometer a formulação das propostas.

7. Da fiscalização e gestão contratual

7.1. Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal (Decreto nº 737/2023) e conforme Termo de Referência.

8. Da execução do objeto

8.1. A forma de execução do objeto encontra-se regulada no Termo de Referência, anexo deste edital.

9. Das condições de pagamento

9.1. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, anexo deste edital.

10. Do contrato

10.1 O contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar do envio da minuta do contrato para prover sua assinatura.

10.2 A duração da vigência será de 12 meses, podendo a critério da administração ser prorrogado obedecendo os artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

10.3 A contratação decorrente deste credenciamento será realizada conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, não caracterizando, em hipótese alguma, a obrigatoriedade de contratação contínua ou de quantitativo mínimo por parte da Administração Pública.



10.4 Fica vedada a subcontratação.

11. Da anulação, da revogação e do descredenciamento

11.1 O Edital de Credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2 Na hipótese de anulação do Edital de Credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3 A revogação do Edital de Credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4 Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1 Pedido formalizado pelo credenciado, a qualquer tempo;

11.4.2 Perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3 Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item **11.4.1** não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens **11.4.2** e **11.4.3**, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

12. Disposições gerais

12.1 A publicidade deste Edital e de seus anexos será realizada mediante a divulgação do seu inteiro teor no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município.

12.2 Sem prejuízo da divulgação no PNCP e no sítio eletrônico oficial, a Administração promoverá a publicação do extrato deste Edital no Diário Oficial do Município e em jornal diário de grande circulação regional ou estadual, em estrita observância ao art. 54, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, como condição para a eficácia e ampla publicidade do certame.

12.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4 O Edital e seus anexos e demais documentos da fase de planejamento estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e site lagoaformosa.mg.gov.br/editais/.

12.5 Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br, bem como no site da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa.

12.6 O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/2021.

13. Dos anexos que integram o Edital

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Declaração Conjunta;

Anexo III – Requerimento de Credenciamento;

Anexo IV – Minuta do Contrato.

Lagoa Formosa, 06 de fevereiro de 2026.

José Wilson Amorim
Prefeito Municipal de Lagoa Formosa/MG



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Credenciamento nº 004/2026

Processo Licitatório nº 011/2026

1. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos (Classe II) já compactados, até o local de destinação ambientalmente licenciado e indicado pelo Município de Lagoa Formosa/MG.

2. DAS ESPECIFICAÇÃO, VALOR E VIGÊNCIA:

2.1. Os serviços têm suas especificações, unidades e valores unitários máximos no escopo da tabela abaixo, conforme pesquisa de mercado.

2.2. Declara-se que os serviços possuem qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

2.3. A duração da vigência será: 12 (doze) meses da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme a lei 14.133/21.

Item	Descrição	Und.	Qtd. anual	Vr. Unitário	Vr. Total
01	Prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos já compactados, em veículo do tipo Cavalo Mecânico Bi-Caçamba e/ou Rodo Caçamba, com duas caçambas acopladas, de no mínimo 35m³ cada caçamba.	Km	55.000	R\$ 9,85	R\$ 541.750,00

3. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

O Município de Lagoa Formosa, diante da interdição do Aterro Municipal por ausência de licenciamento ambiental, realizou contratação direta com o Consórcio Interfederativo de Minas Gerais – CIMINAS, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, para utilização de aterro devidamente licenciado. O ajuste contemplou também a possibilidade de transporte dos resíduos por veículo credenciado pelo consórcio, quando não fosse possível o uso do veículo próprio do Município.

No entanto, verificou-se na prática que a solução não atende de forma adequada à demanda, considerando que a produção diária de resíduos sólidos urbanos é de aproximadamente 15 toneladas, enquanto tanto o veículo municipal quanto o do consórcio transportaram apenas cerca de 8 toneladas por viagem. Essa limitação operacional torna inviável a continuidade do transporte apenas com os meios disponíveis, evidenciando a necessidade de adoção de solução mais eficiente.

Diante desse cenário, mostra-se imprescindível a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos já compactados, utilizando veículos com capacidade mínima de 35m³ por caçamba, de modo a garantir a plena remoção da quantidade gerada diariamente e o atendimento às normas ambientais e sanitárias vigentes. A contratação ora proposta encontra respaldo:

- Na Lei nº 14.133/2021, que disciplina as contratações públicas;
- Na Lei nº 13.703/2018 e nas resoluções da ANTT, que estabelecem o piso mínimo de frete rodoviário, assegurando a legalidade e economicidade da contratação;
- Na necessidade de assegurar a continuidade do serviço público essencial de coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos, evitando riscos ambientais e sanitários decorrentes da acumulação de lixo.

Assim, a contratação se justifica pela ineficiência dos meios atualmente disponíveis, pela obrigação legal de destinação adequada dos resíduos e pela necessidade de garantir economicidade e segurança jurídica, adotando valor de referência compatível com o mercado regional e piso ANTT.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente ou setor responsável.



4.2. A coleta dos resíduos sólidos urbanos continuará sendo realizada pelo Município de Lagoa Formosa/MG, por meio da empresa já contratada via processo licitatório, com média diária de aproximadamente 17 toneladas.

4.3. Após a coleta, os resíduos passarão por triagem e compostagem na Usina Municipal, sendo que aqueles não reaproveitáveis deverão ser destinados às caçambas disponibilizadas pelo prestador de serviços.

4.4. O prestador deverá disponibilizar caçambas com capacidade mínima de 35 m³ no aterro licenciado, de forma contínua, garantindo que não haja interrupção da operação municipal.

4.5. O transporte deverá ocorrer, conforme cronograma pré-estabelecido pelo Setor Demandante, em média a cada dois dias e meio, podendo variar conforme a sazonalidade da produção de resíduos, até o aterro sanitário licenciado localizado no Município de Bambuí/MG, mediante emissão de guia de autorização de transporte pelo Setor Demandante.

4.6. Os resíduos transportados serão pensados antes da saída e ao chegar ao aterro, antes da disposição final, conforme exigências ambientais e operacionais. O procedimento deverá seguir as seguintes condições:

4.6.1 Horário de descarga: das 7h00 às 16h30;

4.6.2 Uso obrigatório de calça e botina pelo motorista;

4.6.3 Proibida a descida com ajudante e o registro de imagens;

4.6.4 O caminhão deverá ser pesado cheio, descarregado e pesado novamente;

4.6.5 O motorista deverá retirar o ticket contendo o peso líquido do lixo destinado, devendo imediatamente enviar foto do mesmo ao número disponibilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e, assim que estiver de volta ao Município, entregar a via física para o Fiscal indicado em contrato.

4.7. Após a descarga, o prestador poderá realizar logística reversa, devendo assegurar que sempre haja caçamba disponível no aterro para evitar atrasos nos fretes.

4.8. A contratada deverá manter registros de cada viagem, contendo data, horário, identificação do motorista, quilometragem percorrida, autorização de transporte emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente no momento da carga, e comprovante de entrega no destino licenciado, encaminhando relatórios periódicos ao Município.

4.9 Os veículos utilizados no transporte deverão estar devidamente enlonados, de forma a garantir o fechamento completo da carga e evitar o derramamento de resíduos sólidos urbanos compactados durante o trajeto em rodovias e vias públicas. O não cumprimento desta exigência será considerado falha grave na execução dos serviços, sujeitando a contratada às penalidades previstas em contrato e legislação aplicável.

4.10 Em caso de acidente ou derramamento de carga durante o transporte, a contratada será integralmente responsável pela imediata coleta, recolhimento e acomodação dos resíduos sólidos urbanos compactados, bem como pela substituição da carga e continuidade do transporte até o destino final licenciado. Todas as providências e despesas decorrentes dessas medidas correrão por conta exclusiva da contratada, sem qualquer ônus adicional para o Município de Lagoa Formosa/MG.

4.11. Em caso de pane, avaria mecânica ou qualquer outro defeito que impossibilite a continuidade do transporte, a contratada deverá providenciar imediatamente a substituição do veículo ou a remoção da carga para outro veículo em condições adequadas, assegurando que não haja interrupção na prestação dos serviços. Todas as despesas decorrentes dessas providências correrão por conta exclusiva da contratada, sem ônus adicional para o Município de Lagoa Formosa/MG.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

5.1 Recebimento do Objeto

5.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato ao final de cada Ordem de Serviço, mediante recebimento do Ticket de pesagem contendo o peso líquido do lixo destinado, verificando o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e comprovação dos quilômetros efetivamente rodados, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a apresentação da documentação de medição pela contratada.



5.1.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.1.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.4 Os serviços serão recebidos definitivamente pelo fiscal do contrato no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade da execução, da quantidade de quilômetros efetivamente rodados e do atendimento às especificações técnicas estabelecidas, mediante atesto formal, consubstanciado em termo ou registro próprio no processo administrativo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

5.2. Liquidação

5.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

5.3. Prazo de pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

5.3.2. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão **de 0,5% (meio por cento)** ao mês, calculados proporcional ao tempo em relação ao atraso verificado.

5.4. Forma de pagamento

5.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. A fiscalização da presente contratação será exercida por um representante da administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração:

- **Representantes: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:**
Fabiana Ferreira Coelho – Engenheira Agrônoma.

6.2. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.

6.3. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos já compactados, até o local de destinação ambientalmente licenciado e indicado pelo Município de Lagoa Formosa/MG, mediante fornecimento exclusivo de veículos e motoristas, ficando a coleta e triagem sob responsabilidade da Administração Municipal.

7.2. Para a contratação em tela, foram analisadas contratações semelhantes em municípios com características populacionais e territoriais semelhantes, consultas a empresas locais e regionais que prestam tais serviços e análise de contratações anteriores disponíveis em portais da transparência e sistemas oficiais, com o objetivo de identificar metodologias e soluções que melhor atendam às necessidades da Administração.

7.3. A partir da análise de contratações similares realizadas pela Administração Pública, verificou-se como mais vantajosa a terceirização de empresas especializadas para a prestação dos serviços necessários, em razão da economicidade, da flexibilidade operacional e da inexistência de frota própria suficiente para atendimento da demanda.

7.4. Diante dessa temática, a solução a ser adotada neste Órgão é aderente às encontradas, qual seja, contratação por procedimento de chamamento público para credenciamento.



7.5. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

7.6. Esse procedimento auxiliar é adotado quando se constata, na fase de planejamento da contratação, que a abordagem mais vantajosa para a Administração consiste em permitir que uma gama de fornecedores se qualifique para fornecer os serviços desejados, em virtude da inviabilidade ou ineficácia de selecionar um único fornecedor por meio de disputa, de modo a atender adequadamente ao interesse público.

7.7. Nesse sentido, deve cada órgão regulamentar a utilização do credenciamento, sendo claro que sua utilização ocorrerá:

“Sempre que a solução da necessidade pública demande a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados; Nos casos de seleção do contratado a critério de terceiros, ou seja, quando a seleção do fornecedor do serviço está a cargo do beneficiário da prestação, cabendo ao Poder Público apenas credenciar os interessados que atendam aos requisitos previamente fixados; e, por fim, nos casos de contratação de serviços negociados em mercados fluidos, nos quais a realidade de mercado impõe a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação, sendo mais vantajoso credenciar previamente os interessados.”

7.8. Tal fato, especificamente, justifica a deflagração do presente processo de credenciamento, onde se convoca todos os interessados que cumpram os requisitos impostos em Edital para servirem à Administração Municipal no âmbito de sua profissão.

7.9. Isto porque não existe no quadro desta Administração frota própria ou servidores com atribuições compatíveis com as pretendidas neste procedimento administrativo, tampouco os equipamentos necessários para prestação de tais serviços.

7.10. Ressalta-se, ainda, que através do credenciamento, a Administração pode convocar aqueles que preencherem os requisitos para contratação, conforme as necessidades a serem atendidas.

7.11. Convém ressaltar que a Administração tem acompanhado com atenção a jurisprudência emanada pelos Órgãos de Controle, de modo a incorporar em seus processos de contratação os avanços e melhorias proporcionados pelo exame de casos concretos das aquisições de outros órgãos federais, a fim de obter contratações mais seguras e eficientes para cada caso concreto.

7.12. Assim, optou-se pela realização de credenciamento, procedimento que possibilita à Administração Pública contratar múltiplos prestadores de forma não excludente, conforme previsto no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando maior flexibilidade, economicidade, celeridade e atendimento contínuo às demandas emergenciais e rotineiras de transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos.

7.13. A adoção do credenciamento permite, ainda, valorizar as empresas locais e otimizar os recursos públicos, visto que o Município pagará apenas pelos serviços efetivamente prestados, mediante demanda e comprovação, sem vínculo contratual exclusivo com apenas um fornecedor.

7.14. As empresas poderão se credenciar ao fornecimento de serviços, conforme condições de habilitação do edital, sendo registrada em lista de credenciados, por ordem cronológica, a qual deverá ser rigorosamente respeitada, oferecendo os serviços nos valores definidos neste Termo de Referência.

7.15. A ordem cronológica seguirá a ordem de inscrição das empresas no credenciamento.

7.16. As ordens de serviços devem ser emitidas e autorizadas pela secretaria responsável, respeitando o rodízio de credenciados.

7.17. O rodízio deve respeitar a ordem de credenciamento, passando as ordens de serviço, solicitadas e emitidas sempre para a primeira empresa habilitada e credenciada;

7.18. Caso a empresa devidamente credenciada e contratada, por qualquer razão, não aceitar a solicitação de serviços, deve a Secretaria Demandante, por responsável designado, anotar a ocorrência no controle de rodízio.



7.19. Havendo 03 (três) negativas de atendimento a solicitação de serviços pela empresa credenciada a Secretaria Demandante, deve apresentar relatório, solicitando a rescisão do credenciamento, cabendo a notificação a empresa para apresentação de contraditório e ampla defesa.

7.20. Quando não realizado o serviço pela empresa, por sua vez, inscrita no rodízio, a Secretaria com a unidade/secretaria solicitante, deverá solicitar a próxima empresa credenciada, conforme ordem cronológica, a elaboração da solicitação de serviços de manutenção e assim sucessivamente.

7.21. Poderão se credenciar quaisquer empresas habilitadas para a prestação de serviços, conforme edital, ficando o credenciamento aberto para novas habilitações pelo período de 12 (doze) meses.

7.22. As empresas credenciadas que prestarem o serviço não poderá terceirizar os serviços.

8. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

8.1. Da habilitação jurídica

a) Ato Constitutivo:

- Ato constitutivo - Estatuto ou **Contrato Social e/ou alterações em vigor**, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido

8.2. Da habilitação e/ou qualificação técnica

- a) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá comprovar a execução compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, em observância ao disposto no Art. 67 da Lei 14.133/2021, cuidando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:
- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
 - Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
 - Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço (s);
 - Data de emissão;
 - Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

8.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de Inscrição no CNPJ.

- O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- **A empresa contratada deverá possuir CNAE compatível com a atividade de transporte rodoviário de cargas, devidamente registrado em seu CNPJ.**

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.

- Relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão



Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.

8.4 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Declaração Conjunta;
- b) Solicitação de Credenciamento;

8.5 DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA AO VEÍCULO

- a) Comprovante de propriedade ou posse dos equipamentos em nome da empresa ou dos membros do Contrato Social (CRLV, Contrato de locação, comodato ou equivalente);
- b) Comprovante de regularidade dos veículos automotores – CRLV vigente (licenciamento);
- c) Certificado de cronotacógrafo válido.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, legais e funcionais, visando à adequação dos produtos às suas respectivas necessidades, segurança dos usuários e conformidade com a legislação vigente:

9.1. Requisitos técnicos, legais e funcionais

A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá observar os seguintes requisitos, visando garantir a qualidade dos serviços, a segurança dos usuários e a conformidade com a legislação vigente:

9.1.1. Capacidade Técnica

- Disponibilidade comprovada de **cavalo mecânico bi-caçamba ou rodo caçamba com capacidade mínima de 35m³ por caçamba**;
- Documentação atualizada de licenciamento, vistoria e seguro dos veículos;
- O veículo deverá possuir sistema de contenção de resíduos para evitar qualquer tipo de vazamento ou contaminação no trajeto, bem como dispositivos de segurança conforme exigido pela legislação de trânsito;

9.1.2. Condições Operacionais

- Inclusão no contrato de todos os custos: combustível, manutenção preventiva e corretiva, motorista, seguro e encargos trabalhistas.
- Garantia de motorista habilitado (categoria E).
- Disponibilidade para realizar em média 11 viagens mensais, totalizando aproximadamente 4.290 km.
- Atendimento às normas ambientais e sanitárias vigentes, com destinação em aterro licenciado.

9.1.3 Critérios Contratuais

- Penalidades por descumprimento de cronograma ou falhas na prestação do serviço.
- Exigência de comprovação periódica da regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

9.1.4 Controle e Fiscalização

- Designação de servidor municipal responsável pelo acompanhamento da execução.
- Relatórios mensais de quilometragem rodada e viagens realizadas.
- Registro documental da destinação final dos resíduos, garantindo rastreabilidade.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 541.750,00 (quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta reais)**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

- **Ficha 988, Fonte 500, CO 0000 - Recursos Próprios.**



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

Lagoa Formosa, 05 de fevereiro de 2026.

Fabiana Ferreira Coelho
Engenheira Agrônoma

Jhone Moreira de Sousa
Secretário de Meio Ambiente e Dev. Econômico



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

ANEXO II – DECLARAÇÃO CONJUNTA

Credenciamento nº 004/2026

Processo Licitatório nº 011/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao Credenciamento nº 004/2026, vem, perante Vossas Senhorias, declarar que:

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que a proposta apresentada para essa credenciamento está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos e cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

_____, _____, de _____, de 2026.

Representante Legal

CPF

RG



ANEXO III – Requerimento de Credenciamento
Credenciamento nº 004/2026
Processo Licitatório nº 011/2026

(Razão Social): _____ (CNPJ): _____
_____, situada à _____ (Endereço): Rua _____,
solicita à Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa/MG, o Credenciamento para prestar os seguintes serviços:

Item	Descrição	Und.	Qtd. anual	Vr. Unitário	Vr. Total
01	Prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos já compactados, em veículo do tipo Cavalo Mecânico Bi-Caçamba e/ou Rodo Caçamba, com duas caçambas acopladas, de no mínimo 35m³ cada caçamba.	Km	55.000	R\$ 9,85	R\$ 541.750,00

_____, _____, de _____, de 2026.

Representante legal
CPF





4.1. O valor da prestação dos serviços é aquele de estabelecido na Cláusula 2.

4.2. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a entrega da nota fiscal no setor competente, fazendo constar das mesmas, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação, preço unitário e preço total do(s) itens(s), devidamente atestadas pelo setor competente da Contratante. O Pagamento será realizado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa/MG, mediante transferência bancária em nome da proponente.

4.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, verbas trabalhistas, previdenciárias e comerciais incidentes.

4.4. Os critérios de medição deverão observar as estipulações constantes do Termo de Referência/Projeto Básico.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE:

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

5.2. Após decorrido o período de um ano, respeitada a vigência contratual, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. O cálculo será realizado imediatamente após a divulgação do índice do INPC referente aos 12 (doze) últimos meses e os pagamentos serão compensados.

5.4. Caso o índice escolhido pela Administração seja extinto ou não possa ser utilizado, será adotado o índice que vier a ser determinado como substituto na forma da legislação vigente e na ausência de previsão legal, as partes estabelecerão novo índice por intermédio de termo aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES (art. 92, inciso XIV da Lei nº 14.133/2021):

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Cumprir fielmente o contrato de modo que o fornecimento dos serviços seja executado nos termos e condições previstos.

6.1.2. Atender fielmente as determinações emitidas pelo gestor ou fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar os esclarecimentos por eles solicitados.

6.1.3. Responsabilizar-se por danos e vícios na forma como os serviços estão sendo prestados, de acordo com o estabelecido no termo de referência.

6.1.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

6.1.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

6.1.6. Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

6.1.7. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados, à contratante ou a terceiros.

6.1.8. Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/instrumento equivalente;

6.1.9. Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a prestação dos serviços sejam realizadas com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total e parcial;

6.1.10. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do serviço ora credenciado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

6.1.11. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto a prestação dos serviços prestados.

6.1.12. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como demais reservas de cargos previstas em



legislação, durante toda a execução do contrato (art. 116, da Lei nº 14.133/2021), fornecendo a competente documentação comprobatória ao Contratante sempre que solicitado.

6.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6.1.14. Arcar com eventuais ônus decorrentes de equívoco de dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o inicialmente previsto em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, excetuada a hipótese prevista no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Exigir do Contratado o cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento.

6.2.2. Receber o objeto do contrato conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.2.3. Notificar o contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções, nos serviços credenciados, para que seja efetivada a substituição, reparação ou correção (no todo ou em parte), às expensas do contratado, do objeto.

6.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

6.2.5. Efetuar o pagamento conforme estabelecido no presente instrumento e no Termo de Referência.

6.2.6. Aplicar as sanções previstas em lei e nesse instrumento.

6.2.7. Comunicar a Assessoria Jurídica do Município, por escrito, para adoção das medidas cabíveis quando da verificação do descumprimento do presente contrato.

6.2.8. Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação no prazo máximo de 30 (trinta dias) a contar do protocolo da solicitação acompanhada da documentação comprobatória.

6.2.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao serviço credenciado;

6.2.11. Emitir Autorização de Compras e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

6.2.12. Dar todas as condições necessárias ao bom desempenho do presente contrato;

6.2.13. É de responsabilidade da contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, nos termos do art. 106, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 do mencionado diploma.

7.1.1. O contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar do envio da minuta do contrato para prover sua assinatura.

7.2. Somente será admitida a prorrogação na hipótese da administração pública verificar que as condições e os preços são mais vantajosos, permitida negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para o contratado.

7.3. A prorrogação será admitida mediante a celebração de termo aditivo.

7.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, respeitados os contornos da penalidade aplicada.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

8.1. Não será admitida a subcontratação conforme estabelece o Edital.

9. CLÁUSULA NONA -DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (Art. 92, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021)

9.1. Não será exigida garantia contratual

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a - der causa à inexecução parcial do contrato;

b - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c - der causa à inexecução total do contrato;

d - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



e - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

d - Multa:

- Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

- *O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

- Compensatória, para as infrações descritas no subitem 10.1, no percentual de 10% do valor do contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão consideradas as disposições do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) *a natureza e a gravidade da infração cometida;*

b) *as peculiaridades do caso concreto;*

c) *as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*

d) *os danos que dela provierem para o Contratante;*

e) *a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei nº 14.133/2021.

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com



o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade conforme estabelece o art. 161, da Lei nº 14.133/2021.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c - Indenizações e multas.

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A Secretaria Municipal de [inserir] através de servidores [inserir], por ela indicados e seus substitutos legais, serão os responsáveis diretos pela fiscalização do contrato, observando a especificação de cada item licitado, na forma estabelecida no Termo de Referência, no edital, anexos, regulamentações técnicas exigidas por lei e órgão competentes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas para o presente processo licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Fichas XXXXXXX.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODIFICAÇÕES E ADITAMENTOS

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento e seus eventuais aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após sua assinatura.

15.2. O extrato do contrato e de seus termos aditivos deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e em jornal diário de grande circulação, garantindo a transparência, a eficácia e o controle social dos atos administrativos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO:

16.1. Fica vedado o oferecimento e o recebimento de benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, além das demais previsões da Lei federal nº 12.846/2013.

17. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS NORMAS REFERENTES A LGPD:

17.1. A Contratada autoriza o Contratante a realizar o tratamento dos dados pessoais, representante legal e/ou da empresa, incluindo, aquelas sensíveis, inclusive autorizando-o a compartilhar referidos dados com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para o cumprimento do presente contrato, respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação e necessidade, responsabilizando-se o contratante pela adoção das medidas de segurança.

17.2. O Contratante poderá manter e utilizar os dados pessoais do contratado e/ou de seu representante legal durante a vigência do contrato e ainda posteriormente para cumprimento de obrigações legais ou impostas por órgãos de fiscalização.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Lagoa Formosa/MG, XXXX de XXXXXX de 2025.

CONTRATANTE
Município de Lagoa Formosa
Prefeito Municipal

Nome completo
CPF:

CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

Testemunhas:

Nome completo
CPF: